

Medida sofre forte oposição

NÉLIA MARQUEZ

BRASÍLIA — A proposta do ministro do Planejamento, José Serra, de implantar um sistema com restrições às importações de automóveis, e de criar incentivos para a indústria automobilística instalada no país começou a ser elaborada em março, após um encontro com a diretoria da Fiat. Serra foi comunicado no encontro que a montadora italiana, apesar dos bons negócios que vinha fazendo no Brasil, direcionaria seus investimentos de ampliação das instalações para a Argentina, pois os custos para investimentos no Brasil eram 18% mais altos.

A ideia de restringir as importações de veículos ficou mais forte após a divulgação dos resultados da balança comercial, que vem registrando elevados déficits mensais desde novembro do ano passado. José Serra, crítico ferrenho do acordo do Mercado Comum do Sul (Mercosul), formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, desde a época em que era parlamentar, passou a defender uma mudança nos termos do Tratado do Mercosul assinado ano passado em Ouro Preto.

A proposta de Serra, embora tenha conseguido o apoio do ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, vem sendo bombardeada pelas diversas áreas da equipe econômica. Os assessores da ministra Dorothea Werneck não acreditam, por exemplo, que a restrição reverterá o déficit da balança comercial.

O problema, alegam esses assessores, é que os automóveis representam pouco mais de 9% em toda a pauta de importações brasileiras. Além disso, argumenta-se que o que estaria causando déficits seriam outros itens, como, materiais de construção.

A equipe do ministro da Fazenda, Pedro Malan, considera o regime de cotas para a importação um retrocesso à abertura comercial que vem sendo conduzida desde 1990. Dentro da equipe, o maior opositor às cotas é o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, que não chegou nem a ser consultado. A área diplomática do governo também tem divergências: a proposta contraria acordos internacionais, inclusive, o Tratado do Mercosul, e as determinações da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Pedro Malan, entretanto, só deixou claras suas divergências à proposta de Serra na semana passada, quando, ao se discutir o texto final da medida provisória, pediu "um tempo" para examinar a medida.